

## Síntese histórica do Tribunal de Justiça

*Lúcio Urbano Silva Martins\**

Em Minas, a Justiça começou com a criação, em 1711, das primeiras Comarcas: Vila Rica (Ouro Preto), Rio das Mortes (São João del-Rey) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, cuja cabeça da Comarca era Sabará, submetidas à jurisdição da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1720, é criada a Capitania de Minas Gerais, sendo sua sede Vila Rica, e também é desse ano a criação da Comarca do Serro Frio. A jurisdição passou à Capitania do Rio de Janeiro, criada em 1757. Em 1872, as Minas Gerais contam com mais de 47 comarcas e alguns termos.

A 6 de agosto de 1873, foram criadas sete Relações, entre elas a de Minas, com sede em Ouro Preto, instalada em 1874, sendo seu primeiro presidente o Des. Brito Guerra.

Na Era Republicana, 1889, criou-se o Tribunal da Relação de Minas Gerais, sede em Ouro Preto, instalado em 16.12.1891, sendo o Des. Francisco Leite da Costa Belém presidente nesse período.

Em 5.8.1897, ocorreu a mudança do Tribunal para Belo Horizonte, a nova capital de Minas, instalado provisoriamente na Secretaria do Interior, Praça da Liberdade, mais tarde transferido para onde é hoje o Instituto da Educação, na Rua Pernambuco, esquina com Av. Afonso Pena.

Em 1912, dia 16 de janeiro, o Tribunal instalou-se no "Palácio da Justiça", na Av. Afonso Pena.

Com a Constituição de 1934, o Tribunal recebeu a denominação de "Corte de Apelação".

A Constituição de 18.9.1946 denominou-o "Tribunal de Justiça".

Em janeiro de 1958, o Tribunal transferiu-se para o prédio do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, 9º andar, para proceder-se à reforma do Palácio da Justiça, retornando a este em 1964.

Em 1974, comemorou-se o "Centenário do Tribunal", sendo Presidente o Des. João Gonçalves de Melo Júnior.

Em 1977, por iniciativa do Des. Antônio Pedro Braga, ocorreu o tombamento do Palácio da Justiça pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), sendo presidente o Des. Edésio Fernandes.

Em 1949, o Governador Milton Campos fez edificar o prédio novo do Fórum de Belo Horizonte, dando-lhe o nome de "Fórum Lafaiete", em homenagem ao grande jurista (civilista) mineiro.

Até edificar-se o Fórum Lafaiete, na Rua Goiás, a primeira instância funcionava no primeiro andar do Palácio da Justiça, e o Tribunal, no segundo.

Já concluída a edificação do Fórum na Rua Goiás, houve atraso na instalação, em virtude de incêndio.

É de observar-se que a Comarca de Belo Horizonte se instalou em 1897 e somente em 1949 se concluiu a edificação do prédio próprio para o Fórum, cinquenta e dois anos passados, obra do conspícuo Governador Milton Campos.

O primeiro ato no novo Fórum foi o julgamento do médico Romualdo Neiva pelo Júri, presidido pelo Des. Afonso Teixeira Lages, Juiz da 3ª Vara Criminal, atuando Agostinho de Oliveira Júnior, como Promotor, Amintas de Barros como Assistente de Acusação, e os professores João Pimenta da Veiga, Pedro Aleixo e Evandro Lins na defesa.

O réu foi absolvido por falta de suficiente prova da autoria. A denúncia sustentava que o médico Romualdo Neiva havia mandado matar o taxista "Marcha-a-ré", que o estaria estorquindo, porque sabedor de aventura amorosa do médico com uma mulher casada. O autor material foi Geraldo Gomes da Silva.

Em 18.7.1980, o Fórum foi transferido para a Av. Augusto de Lima, sendo na época Presidente do Tribunal o Des. Hélio Costa. Ao prédio deu-se o nome de "Edifício Milton Campos". A transferência se fez sob a direção do Des. Moacir Pimenta Brant, Corregedor de Justiça.

Para Coordenador da Mudança, foi o Des. Lúcio Urbano, então Presidente do Tribunal de Alçada, escolhido pelo Corregedor. O trabalho da mudança foi realizado pela Polícia Militar de Minas Gerais, porque se temia furto de processos.

O prédio da Rua Goiás foi transformado em Anexo I do TJMG, para abrigar a Secretaria do Tribunal.

Em 1994, inaugurou-se o Anexo II, também na Rua Goiás, sendo na época Presidente o Des. José Norberto Vaz de Melo, dando-se ao prédio o nome do Des. Edésio Fernandes.

A ideia da construção e o início dela foram obra do Des. José Fernandes Filho, então Presidente.

Em 2005, extinguiu-se o Tribunal de Alçada, criado em 31.5.1965, ficando incorporado ao Tribunal de Justiça.

Em 2008, criou-se a Unidade da Av. Raja Gabágua, onde passou a funcionar grande parte do TJMG, cujo prédio foi denominado "Edifício Des. Corrêa de Marins".

A Corregedoria de Justiça viu-se criada em 1949, funcionando na Rua Goiás, depois no 12º andar do Anexo I, sendo primeiro Corregedor o Des. Walfrido Andrade. Até hoje, o TJMG já teve 33 corregedores, considerando o atualmente em exercício, Des. Antônio Marcos Alvim Soares.

\* Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Em 1950, circulou o primeiro número da *Revista Jurisprudência Mineira*, órgão oficial do Tribunal, cujo Presidente era o Des. Nísio Batista de Oliveira, quem aliás exerceu o comando por 21 anos. Naquela época, o Presidente era o relator nato dos *habeas corpus*.

À biblioteca do TJMG deu-se, merecidamente, o nome do Des. Amilcar de Castro, qualificado jurista, professor notabilíssimo da Faculdade de Direito da UFMG, catedrático de Direito Internacional Privado. Sua biblioteca particular compõe, hoje, o acervo do Tribunal.

Em 1978, criou-se a “Escola Judicial”. O Des. Edésio Fernandes, então Presidente do TJMG, bravo lutador em prol de tal empreendimento, teve posteriormente seu nome dado à escola, hoje também conhecida por “Ejef”.

A Escola Judicial Des. Edésio Fernandes encarrega-se da formação inicial e permanente dos magistrados e dos servidores, cabendo-lhe também a organização de concursos para o ingresso na magistratura. Passaram pela Ejef 1.276 juízes, 27 turmas, de 1979 a 2010. Foi dirigida nesse período por 23 desembargadores, buscando sempre o aprimoramento e a qualificação deles.

A Lei de Organização Judiciária de 1996 criou um curso de seis meses para juízes que ingressassem. Na época, dirigia a Ejef o Des. Lúcio Urbano, a quem coube estruturar o curso inicial, com aulas teóricas e práticas, além de estágio com juízes experimentados.

Foram criadas cadeiras especiais de Medicina Legal, Criminalística, Organização e Método, Psicologia Social, Relacionamento Humano, além de estágio nas academias de polícia. Com proveito, fez-se a instituição da “mesa redonda” com experimentados juízes, que narram fatos difíceis que tiveram no exercício da judicatura e que sirvam de norte aos novos.

Até o momento, a Ejef organizou 23 concursos para ingresso na magistratura. A formação de servidores foi instituída na gestão do Des. Bady Curi.

Em 1985, o Presidente, Des. Werneck Cortes, criou o serviço de Relações Sociais, mais tarde Ascom, com o propósito de divulgar o Tribunal na imprensa, órgão prestante e valioso, sempre supervisionada por um desembargador.

A Portaria 2.493/2010 reestruturou o serviço, para fins de atualização, tarefa gerida pela Des.<sup>a</sup> Maria das Graças Silva Albergaria dos Santos Costa.

É justo enumerar aqueles que lançaram obras jurídicas:

Amilcar Augusto de Castro, Maria das Graças Silva Albergaria dos Santos Costa, Ernani Fidélis dos Santos, Alfredo Araújo Lopes da Costa, José Tarcízio Almeida Melo, Ronaldo Cunha Campos, Humberto Theodoro Júnior, Kildare Gonçalves Carvalho, Múcio Abreu Lima, Rogério Medeiros Garcia de Lima, Rafael Magalhães, Afonso Teixeira Lages, Cândido Martins de Oliveira Júnior, João Martins de Oliveira, Lincoln Prates, Nísio Batista de Oliveira, Tito Fulgêncio, Orozimbo Nonato, Jair Leonardo Lopes, Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto,

Artur Alexandre Mafra, Doorgal Gustavo Borges de Andrada, Agenor Senna Filho, Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa, Elpídio Donizetti Nunes, Belizário Antônio de Lacerda, José Nepomuceno Silva, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Sávio Figueiredo Teixeira, Antônio Martins Vilas Boas, Onofre Mendes Júnior, Sebastião de Souza e Marcos Elias Freitas Barbosa.

Também justo é destacar que o TJMG sempre possuiu e possuiu juízes altamente qualificados, julgadores de alto nível.

Ainda é de mencionar aqueles desembargadores que lançaram obras literárias e filosóficas:

Afonso Teixeira Lages, Múcio Abreu Lima, Cândido Martins de Olivera Júnior, Wilson Veado, Elisson Guimarães, Hélio Armond Werneck Cortes, Célio César Paduani, Luis Carlos Biasutti, Tibagy Sales Oliveira, Sérgio Augusto Fortes Braga, Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Geraldo Corrêa de Almeida, José Fernandes Filho, Leonardo Antônio Pimenta e Lúcio Urbano Silva Martins.

Em 9.11.1988, o Presidente, José Arthur Carvalho Pereira, criou a “Memória do Judiciário Mineiro - Mejud, com o fito de registrar e conservar a História da Casa”, nomeando o Des. Antônio Pedro Braga como primeiro Superintendente, seguido dos Desembargadores Walter Veado e Hélio Costa.

Em 1991, o Presidente, Des. José Fernandes Filho, tão logo assumiu, criou o “Mutirão”, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional, obtendo expressivo resultado. No começo de 1991, tinham-se perto de 700.000 processos em lento andamento, passando a um milhão e trezentos mil nos dois anos seguintes. Com o Mutirão, numa política revolucionária, restaram 400.000, com redução de 900.000. Todos os juízes se engajaram nesse Mutirão.

Ainda na administração do Des. Fernandes Filho, iniciou-se a construção do Centro Operacional (Av. do Contorno), desafogando o Palácio da Justiça, inaugurado em 6.12.1994, sob a Presidência do Des. José Norberto Vaz de Melo.

Nessa quadra, iniciou-se a edificação do prédio que abriga o Juizado Especial Criminal, na Av. Tereza Cristina, Bairro Coração Eucarístico, terminado em 1996 e inaugurado em 7 de fevereiro daquele ano.

Na gestão do Des. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, criou-se a Assessoria de Qualidade, que presta inestimáveis serviços ao Judiciário. Mais tarde, buscou-se a reestruturação do Tribunal, agora com a efetiva participação da Fundação João Pinheiro.

Em 30.11.1995, deu-se o advento da Comissão Supervisora dos Juizados Especiais, pela Resolução 288/95, hoje Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sempre comandada pelo Des. José Fernandes Filho, com absoluto sucesso, sendo permitido dizer que constitui a grande revolução na prestação jurisdicional, um órgão de que se orgulha o Judiciário Mineiro.

Em 9.10.1992, o Presidente, Des. José Fernandes Filho, criou o Colégio Permanente dos Tribunais de Justiça, em reunião ocorrida no Salão Ministro Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto, com a efetiva participação do Des. Odyr Porto, então Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Na criação do Colégio, explicitou-se que seu objetivo seria o de acompanhar a revisão constitucional e promover estudos e encontros necessários para unir a magistratura em torno de fins comuns. É vitorioso o Colégio, prestando relevantes serviços à magistratura e ao Judiciário, ao permitir uma discussão plural e elevada.

Até hoje, o TJMG já teve 48 Presidentes, o primeiro deles o Des. Brito Guerra.

Em 1978, sendo Presidente o Des. Hélio Costa, instituiu-se o Siscom - Serviço de Informação e Comunicação, primeiro passo para a informatização do Judiciário. Tratava-se de um programa que, na época, promoveu enorme desenvolvimento na primeira instância. Coube ao Des. Régulo da Cunha Peixoto, então Corregedor de Justiça, todas as iniciativas para a implantação do Serviço. Nomeou uma comissão composta pelos Juízes Gudesteu Biber Sampaio, Abel Machado Miranda e Walter Veado. É justo anotar que o sucesso alcançado se deveu especialmente ao idealismo e à operosidade do Des. Gudesteu Biber Sampaio. Mais tarde, o Serviço contou com a efetiva participação da Prodemge. Igualmente justo é ressaltar que o Serviço mereceu a indispensável ajuda do Secretário da Fazenda Márcio Garcia Vilela. Insta registrar, por fim, que o movimento partiu dos advogados Aristóteles Atheniense e Segismundo Gontijo Soares. É que, em viagem pela Europa, estes viram como se fizera a informatização no Judiciário francês e suas vantagens para o serviço forense.

A provisão de computadores veio em 5.10.2001.

Em 2010, na administração do presidente Des. Cláudio Renato Santos Costa, foi implantado o "Sistema Themis" com o salutar propósito de dinamizar as sessões de julgamento, o trabalho dos magistrados e dos gabinetes, bem como das secretarias.

Tão logo encerrado o julgamento, o acórdão já está composto.

Em 18.3.1999, na gestão do Des. Lúcio Urbano, foi instituído o programa "Conhecendo o Judiciário", com o objetivo de criar canais efetivos de comunicação, de maneira simples e acessível, na estrutura e no funcionamento do Judiciário, desmistificando a imagem de um Poder distante e conservador. Desde então, há visitas orientadas de estudantes de todos os níveis ao Palácio da Justiça, assim como de grupos organizados, numa contribuição para a formação da cidadania e para o fortalecimento da democracia, ao se dotar o cidadão do conhecimento necessário para garantir seus direitos.

Os juízes comparecem regularmente às escolas, proferindo palestras.

Em suporte a este programa, foram lançados outros: o "Tudo Legal no Tribunal", o "Poder Judiciário em Minas", o "TJ Responde", além de vídeos institucionais. Todo cidadão pode entrar em contato com o Tribunal e ser instruído sobre o Poder Judiciário. Milhares de contatos foram realizados.

Ao lançar o programa, o Presidente Lúcio Urbano expressou: "Por meio da aproximação com o cidadão é que demonstramos nosso respeito pela sociedade e nosso desejo de servi-la cada vez melhor, tornando assim mais clara e transparente a atuação do Poder Judiciário".

O programa recebeu o Prêmio Opinião Pública 1999, conferido em São Paulo, em 22 de novembro de 1999.

A estrutura interna do Tribunal de Justiça conta, hoje, com os seguintes órgãos: Tribunal Pleno (todos os desembargadores), Corte Superior, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Conselho da Magistratura, Conselho da Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, Comissões Permanentes (de Regimento Interno, de Divulgação da Jurisprudência, Administrativa e de Promoção), Câmaras Isoladas, 18 Cíveis e sete Criminais.

Os julgamentos são colegiados.

Atualmente, o TJMG é composto de 126 membros, recrutados entre juízes de carreira, promovidos por antiguidade e por merecimento, sendo que um quinto advém do Ministério Público e da advocacia, incluídos os nomes em lista sêxtupla pela classe, reduzida para tríplice pela Corte Superior, nomeados pelo Governador do Estado. A promoção dos juízes de carreira é incumbência do Presidente do Tribunal.

No momento, como dito, são 18 Câmaras Cíveis e sete Criminais.

Cinco são os cargos de administração: Presidente, 1º, 2º, 3º Vice-Presidentes e um Corregedor-Geral de Justiça, eleitos pelo Tribunal Pleno para mandatos de 2 anos. Passaram pelo TJMG 479 desembargadores. O Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa é o 48º presidente do TJMG.

Atualmente, são 12 mulheres; aposentaram-se sete, num total, portanto, de 19.

A primeira mulher a integrar o TJMG foi a Des.<sup>a</sup> Branca Margarida Renó, que assumiu o cargo em 25.5.1988.

Em Minas, são 296 comarcas, classificadas em 1º, 2º e Especial, chamadas de "entrâncias". A classificação é fundada no número de processos, na população e na importância da cidade-sede.

A estruturação se faz pela Lei de Organização Judiciária, de iniciativa do Tribunal, votada pela Assembléia Legislativa, de quatro em quatro anos.

Minas possuiu 1.046 juízes, sendo 634 homens e 292 mulheres.

De 1999 até agora, o Tribunal julgou 1.281.373 processos, restando 135.778 para decisão. Somente em 2011, o Tribunal recebeu 247.634 processos.

Os juízes mineiros congregam-se na Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis, e são filiados à Associação Brasileira de Magistrados - AMB, esta com sede em Brasília-DF.

A ideia da criação da AMB veio do Juiz José Júlio de Freitas Coutinho, em 1937, quando judicava na Comarca de Bonfim-MG.

Sua primeira sede foi no Rio de Janeiro.

O único mineiro que a presidiu foi o Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina, natural da cidade de São João Nepomuceno.

A eleição dos dirigentes da AMB se faz pelo voto de todos os magistrados do Brasil.

O atual Presidente da Amagis é o Juiz Bruno Terra Dias, da Comarca de Belo Horizonte. O da AMB é o Des. Henrique Nelson Calandra, de São Paulo.

Importante é dizer que o Judiciário Mineiro sempre teve excelentes servidores, tanto nas comarcas como no Tribunal, admitidos via concurso público.

Hoje, o Judiciário tem 15.436 servidores, 12.761 na primeira instância e 2.675 na segunda.

Quatro servidores do Tribunal, num atestado de alto nível, publicaram obras jurídicas e são professores em universidades: Celso Agrícola Barbi, Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, Aloísio Gonzaga Andrade Araújo e Lakowsky Dolga.

O Des. Gudesteu Biber Sampaio, quando Presidente, criou o Projeto Novos Rumos, que cuida especificamente da execução penal.

Desde o princípio, esse projeto é dirigido com brilho pelo Des. Joaquim Alves de Andrade, contando com a participação efetiva e dinâmica da Des.<sup>a</sup> Jane Ribeiro Silva. As APACs integram o projeto.

Na administração do Des. Corrêa de Marins criou-se a Vara de Inquéritos Policiais, na Comarca de Belo Horizonte, para atender cautelares pedidas pelos

Delegados de Polícia, no curso dos inquéritos, constituindo uma valiosa ajuda na área de segurança pública.

Quatro membros do TJMG subiram ao Supremo Tribunal Federal: Artur Ribeiro, Orozimbo Nonato, Antônio Martins Vilas Boas e Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto.

Cinco de seus ex-servidores se tornaram Desembargadores Presidentes do Tribunal: Lúcio Urbano Silva Martins, Sérgio Lellis Santiago, Márcio Antônio de Abreu Corrêa de Marins, Hugo Bengtsson Júnior e Cláudio Renato Santos Costa.

Em Minas, existe a Justiça Militar, especializada, composta pelo TJM - Tribunal de Justiça Militar e Conselhos de Justiça (primeira instância).

O TJM é composto de sete juízes: três coronéis da Polícia Militar, um coronel do Corpo de Bombeiros, um auditor, um membro do Ministério Público e um da OAB. Compete-lhe processar e julgar os militares do Estado por delitos definidos no Código Penal Militar, bem como decidir sobre perda de posto e de patente, por oficiais, e da graduação, por praças. Aos Juízes de Direito do Juízo Militar (Auditoria), compete processar e julgar os crimes militares e ações contra atos disciplinares. Em primeira instância, os julgamentos são realizados pelo Conselho de Justiça, presidido pelo Juiz de Direito Militar e quatro oficiais sorteados.

Também dispõe de Corregedoria própria.

A Constituição de 1946 criou o Tribunal de Justiça Militar. A primeira instância veio em 9.11.1937.

Sem favor, o Judiciário Mineiro constitui orgulho e honra de Minas, mesmo porque o processo mais importante do Brasil nasceu justamente em Minas: o dos Inconfidentes, especialmente Tiradentes.

Com razão e sem enleio de dúvida, o brilhante orador, Deputado, Ministro, escritor e acadêmico Paulo Pinheiro Chagas, em momento de rara inspiração, assim sintetizou Minas: "Não é sem motivo que se sobe para estar em Minas, qual se sobe para o Altar".

...